

Sessão de 4 / maio / 19 99
Cravini

MOÇÃO Nº. 3/99

CONSIDERANDO que o novo Código de Trânsito Brasileiro impôs, de forma inegável, uma completa reestruturação nos serviços das auto/moto-escolas;


CONSIDERANDO que muitos gastos serão despendidos para permitir a reestruturação exigida;

CONSIDERANDO que as medidas constantes nos projetos de lei nº. 480, de 1998, 438, de 1998 e 462 de 1998, em tramitação na Assembléia Legislativa, são de fundamental importância para a melhoria das condições financeiras das auto-escolas, em virtude dos elevados gastos para o cumprimento de suas obrigações, inseridas no novo Código;

ISTO POSTO,

A Câmara Municipal de Cordeirópolis, vem apelar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Deputado Vanderlei Macris e às lideranças dos partidos nesta Casa, pela aprovação dos projetos de lei nº. 438/98, dos deputados Jamil Murad e Nivaldo Santana, 462/98, dos mesmos deputados e 480/98, deste último, que isenta do pagamento do ICMS e do IPVA a compra de veículos para auto-moto-escolas, além de excluir do rodízio os veículos utilizados por auto-escolas em aulas práticas de capacitação de condutores.

Sala das Sessões, 19 de abril de 1999.



HAROLDO DE JESUS MENEZES
VEREADOR



Ofício nº. 80/99-CMC

Cordeirópolis, 6 de maio de 1999.

Senhor Presidente:

Encaminhamos, através deste, cópia da Moção nº. 3, de 1999, de autoria do vereador Haroldo de Jesus Menezes, aprovada por unanimidade na última sessão ordinária desta Edilidade, apelando a V. Ex^a. pela aprovação dos projetos de lei indicados, em tramitação nesta Assembléia.

Sendo o que se apresenta para o momento, reiteramos na oportunidade os protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,


HAROLDO DE JESUS MENEZES
- Presidente -

Ao Exmo. Sr.
Dr. VANDERLEI MACRIS
DD. Presidente da Assembléia Legislativa
SÃO PAULO - SP



CORDEIROPOLIS - SP

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Parecer referente à Moção nº. 3, de 19 de abril de 1999, do vereador Haroldo de Jesus Menezes.

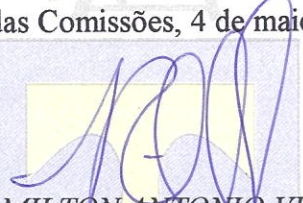
Quanto aos dispositivos regimentais, nada temos a opor, pois nota-se que a propositura preenche todos os requisitos necessários.

Do ponto de vista legal e constitucional, encontra-se em consonância com as disposições vigentes.


Assim, verificamos que não existem impedimentos para a sua tramitação.

Desta forma, julgamos que o presente Moção está apta a ser apreciada pelo Plenário desta Edilidade.

Sala das Comissões, 4 de maio de 1999.


MILTON ANTONIO VITTE
RELATOR


LUIZ CARLOS CEZARIO
PRESIDENTE


PAULO ADALBERTO PERUCHI
MEMBRO